



Artigo de pesquisa

Peter Loeb Caldenhof

Casa Civil

ORCID [0009-0006-8317-3362](https://orcid.org/0009-0006-8317-3362)

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS INTERRELAÇÕES ENTRE INTELIGÊNCIA DE ESTADO E GRANDE ESTRATÉGIA

<https://doi.org/10.58960/rbi.2026.21.294>

Caldenhof, Peter Loeb. 2025. "O estado do conhecimento sobre as interrelações entre Inteligência de Estado e Grande Estratégia," *Revista Brasileira de Inteligência* (ABIN) 21: e2026.21.294.
<https://doi.org/10.58960/rbi.2026.21.294>.

Recebido em 04/11/2025
Aprovado em 26/11/2025
Publicado em 06/01/2026

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS INTERRELAÇÕES ENTRE INTELIGÊNCIA DE ESTADO E GRANDE ESTRATÉGIA

RESUMO

O trabalho situa-se na intersecção entre os estudos estratégicos e de Inteligência, analisando as relações entre a Grande Estratégia (GE) e a Inteligência de Estado (IE). Com base no método do Estado do Conhecimento, descrevem-se e analisam-se abordagens teórico-conceituais sobre esses campos, identificando lacunas e tendências. O corpus inclui 16 fontes, agrupadas em quatro subcategorias de GE e quatro de IE. Constatou-se a predominância de estudos aplicados e dedutivos, a ausência de investigações teóricas sobre as inter-relações entre GE e IE e, no Brasil, a falta de obras específicas e de definições conceituais claras, evidenciando confusões entre conceitos e subdimensões.

Palavras-chave: Grande Estratégia; Inteligência; Estudos Estratégicos.

THE STATE OF KNOWLEDGE ON THE INTERRELATIONS BETWEEN INTELLIGENCE AND GRAND STRATEGY – CRITICAL REFLECTIONS AND RESEARCH GAPS

ABSTRACT

This article explores the intersection between Strategic Studies and Intelligence Studies, examining how Grand Strategy (GE) and State Intelligence (IE) relate to one another. Drawing on the State of Knowledge method, it maps and analyzes key theoretical approaches, aiming to identify conceptual gaps and research trends. The corpus includes sixteen sources, organized into four GE and four IE subcategories. Findings indicate a predominance of applied and deductive research, alongside a notable absence of theoretical inquiries into the interplay between GE and IE. Within the Brazilian context, the study finds few thematically related works and a lack of clear conceptual definitions, revealing ongoing confusion between core concepts and their subdimensions.

Keywords: Grand Strategy; Intelligence; Strategic Studies.

EL ESTADO DEL CONOCIMIENTO SOBRE LAS INTERRELACIONES ENTRE INTELIGENCIA Y GRAN ESTRATEGIA - REFLEXIONES CRÍTICAS Y LAGUNAS EN LA INVESTIGACIÓN

RESUMEN

Este artículo explora la intersección entre los Estudios Estratégicos y los Estudios de Inteligencia, examinando cómo se relacionan entre sí la Gran Estrategia (GE) y la Inteligencia Estatal (IE). Basándose en el método del Estado del Conocimiento, mapea y analiza los principales enfoques teóricos, con el objetivo de identificar brechas conceptuales y tendencias de investigación. El corpus incluye dieciséis fuentes, organizadas en cuatro subcategorías de GE y cuatro de IE. Los resultados indican un predominio de la investigación aplicada y deductiva, junto con una notable ausencia de investigaciones teóricas sobre la interacción entre la GE y la IE. En el contexto brasileño, el estudio encuentra pocos trabajos relacionados temáticamente y una falta de definiciones conceptuales claras, lo que revela una confusión constante entre los conceptos básicos y sus subdimensiones.

Palabras clave: Gran Estrategia; Inteligencia; Estudios Estratégicos.

Introdução¹

O mundo atual passa por uma mudança profunda (Brasil 2017; Brasil 2020) do Sistema em Internacional, que já vinha sendo gestada pelo menos desde a crise financeira de 2008 e se intensificou com a crise da Covid-19, a Guerra na Ucrânia e a atual Guerra Econômica generalizada. A ascensão (ou reascensão) de Estados e economias nacionais fora do campo ocidental pôs fim ao unilateralismo da potência hegemônica estadunidense e originou um novo mundo ainda conturbado, incerto e instável, baseado em uma estrutura multipolar (Guimarães 2005; Visentini 2019; 2025).

Diante dessa interdependência e incerteza, os Estados necessitam de uma visão estratégica integrada, capaz de articular sinergicamente seus recursos de poder para o desenvolvimento nacional e a inserção internacional, entendida como Grande Estratégia² (GE). Ela requer o suporte informacional da Inteligência de Estado³ (IE), responsável por prover conhecimentos analíticos sobre o ambiente internacional, as capacidades e as intenções de atores relevantes, bem como por proteger informações sensíveis contra interferências adversas. Nesse contexto de competição política, militar e econômica e de guerra informacional entre polos de poder, coloca-se a questão: como se inter-relacionam GE e IE, conceitos centrais à sobrevivência e ao desenvolvimento dos Estados? Como contribuição a um debate ainda incipiente no Brasil, este estudo examina o Estado do Conhecimento sobre o tema.

Busca-se, assim, descrever, inventariar e analisar criticamente os estudos sobre as conexões teórico-conceituais entre um tipo específico de Inteligência, distinto, mas integrador das inteligências setoriais e funcionais, e um tipo também específico e integrador de estratégia. Realiza-se, para tanto, um estudo de Estado do Conhecimento dessa discussão no mundo e no Brasil, diferenciando os termos polissêmicos e os fundamentos teóricos do debate, bem como refletindo sobre as divergências e suas possíveis causas. O levantamento visa identificar a produção centrada nessa interconexão entre os Estudos Estratégicos e de Inteligência, além de apontar as principais lacunas para pesquisas futuras e explorar possíveis explicações para as relações entre a Grande Estratégia e as funções da Inteligência de Estado.

.....
1 Este artigo é baseado em uma parte da dissertação em andamento na Escola Superior de Defesa, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini.

2 Ou também de Estratégia de Segurança Nacional, nos Estados Unidos da América (EUA).

3 A IE é a função estatal especializada em obter informações e reduzir as incertezas decisórias e visa prover a GE com um substrato informacional de conhecimentos analíticos, percepções, cenários e estimativas (Brito 2011).

O método do Estado do Conhecimento orienta o mapeamento e a discussão da produção acadêmica do recorte estudado, inicialmente de modo descritivo, mas “à luz de categorias e facetas [...] sob as quais o fenômeno passa a ser analisado” (Ferreira 2002, 258). O método fornece dados quantitativos⁴ para identificar e analisar bibliograficamente origens, temas e subtemas, mas adquire força ao incorporar aspectos qualitativos, identificando “tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas [...] passando do ‘quando’, ‘quem’ e ‘onde’ para o ‘o quê’ e ‘como’” (Ferreira 2002, 265).

Destaca-se sua proximidade com a Análise de Conteúdo: as fases de pré-análise, descrição, interpretação e categorização (Silva *et al.* 2005) correspondem às do Estado do Conhecimento, regidas pelos princípios de homogeneidade, exaustividade, exclusividade e adequabilidade (Caminha 2024). O método permite refletir criticamente sobre um campo de estudo mediante identificação, registro e categorização da produção científica, abrangendo aspectos metodológicos, institucionais e teóricos, novas compreensões e teorias (Morosini *et al.* 2021).

Essa reflexão analítica parte da identificação, registro e categorização da produção científica, considerando dimensões teóricas, metodológicas e institucionais (Morosini *et al.* 2021; Fernandes 2021). A etapa de construção das categorias envolve a elaboração conceitual que gera novas interpretações sobre os fenômenos analisados (Moraes 2003 *apud* Morosini *et al.* 2021). Na fase propositiva, o diálogo entre as obras do Corpus de Análise e a interpretação do pesquisador favorecem proposições teóricas e a identificação de lacunas, tornando o método especialmente útil para a clarificação conceitual e a reflexão crítica (Ferreira 2002; Caminha 2024).

O artigo segue a seguinte estrutura: 1) Introdução, 2) Marco Teórico de Referência, Aplicação do Estado do Conhecimento - A Constituição do Corpus de Análise, 3) Análise e Discussão dos Textos do Corpus de Análise, 4) Análise e Discussão do Estado do Conhecimento e 5) Conclusão.

Marco Teórico de Referência – Grande Estratégia e Inteligência de Estado

Toda estratégia envolve a definição de meios e fins, recursos e objetivos, bem como a necessidade de reagir ao ambiente e aos adversários (Freed-

.....
⁴ Também no Estado do Conhecimento é de valia a utilização dados quantitativos para a classificação e análise da produção científica do tema ou campo em estudo (Morosini *et al.* 2021, 71).

man 2013). A Grande Estratégia (GE), entendida como subtipo da estratégia geral e frequentemente associada à Segurança Nacional (Rudzit e Nogami 2010), articula a proteção contra ameaças e a promoção dos interesses nacionais por meio da integração dos domínios militar, político, econômico e diplomático (Beaufre 1998). Seu caráter adversarial e dinâmico faz com que os objetivos de cada ator se choquem com os de outros, configurando um processo de imposição de vontades em que se utilizam todos os meios de poder, inclusive econômicos e político-diplomáticos, e se antecipam as reações dos adversários em um ambiente internacional em constante transformação (Beaufre 1998; Hoffman 2014).

Liddell Hart foi um dos primeiros a empregar o termo Grande Estratégia (GE), incorporando elementos de poder não militares (Carmona 2017), em linha com a estratégia total de Beaufre, embora ainda vinculada ao contexto da guerra (Paret 1986). No Brasil, autores como San Tiago Dantas, Samuel Guimarães e Celso Amorim passaram a tratá-la sob uma ótica predominantemente diplomática (Guimarães 2005; Amorim 2016; Carmona 2017).

Por outro lado, estudiosos mais recentes compreendem a GE como uma integração ativa entre todas as esferas do poder nacional, coordenadas pela cúpula do Estado para alinhar meios, fins e objetivos dentro de suas capacidades reais (Hoffman 2014; Carmona 2017; Alsina Jr. 2018; Gaddis 2018). Nessa visão, Relações Exteriores e guerra constituem apenas partes de um todo mais amplo, no qual a GE busca harmonizar aspirações políticas e limitações materiais, assegurando coerência e sustentabilidade na aplicação dos instrumentos de poder nacional.

Os aspectos da imprevisibilidade, complexidade e incerteza são inerentes à GE e, assim como o mencionado aspecto necessariamente holístico da GE, fazem a transição para a outra metade conceitual deste artigo: a Inteligência de Estado (IE). Trata-se da atividade, dos órgãos e dos produtos (Kent 1967) de coleta e análise especializadas de informações, proteção contra ações adversas e ações encobertas⁵, voltados para a defesa do Estado, da sociedade e da soberania nacional em um ambiente adversarial (Brito 2011) e com o intuito de redução de incertezas e obtenção de vantagem informacional (Sims 2010) sobre adversários (Platt 1974, 31).

Além desse escopo específico, suas principais características são a inte-

.....

5 No presente artigo será analisado um Corpus de Análise composto Inteligência de Estado nas três acepções e incluindo ainda as partes de Contra-inteligência e Ações Clandestinas/Encobertas, por se tratarem de funções típicas dos Serviços e relacionados à Grande Estratégia.

gração das inteligências setoriais produzidas pelos diversos organismos de Estado, em especial, a Defesa, a Segurança Pública, as Relações Exteriores, e o assessoramento ao mais alto nível de governo (Fingar 2011). O termo IE abrange a Inteligência Estratégica, voltada à assessoria do decisor responsável por definir a estratégia nacional e garantir segurança e vantagens diante de outros atores (Phythian 2009). Diferencia-se, contudo, porque a Inteligência Estratégica também é produzida e utilizada por órgãos e decisores setoriais subordinados à cúpula estatal. Ambas possuem implicações de longo prazo, associadas à formulação de cenários prospectivos; porém a IE pode incluir aspectos táticos ou operacionais quando orientada ao apoio transversal ao processo decisório nacional.

A distinção entre IE e Inteligência Estratégica é essencial, pois o objetivo deste estudo é analisar a produção científica que aborda especificamente as conexões entre esses dois tipos de atividade, GE e IE, e não apenas as relações genéricas entre estratégia e informação. Parte-se da hipótese, não testada neste artigo em razão de escopo, de que as particularidades conceituais de ambos os termos influenciam suas interações, definindo funções, características e limites do tipo de IE necessário à formulação e execução da GE. Além do papel de apoio informacional, a IE também pode ser compreendida como uma dimensão e instrumento autônomo de poder dentro da GE, equivalente às esferas diplomática, militar e econômica, perspectiva que orienta o processamento do Corpus de Análise.

Aplicação do Estado do Conhecimento - A Constituição do Corpus de Análise

A aplicação do Estado do Conhecimento inicia-se com a constituição do Corpus de Análise (Morosini *et al.* 2021; Caminha 2024), envolvendo a seleção das bases de dados, a definição dos termos indutores e a leitura flutuante dos textos para elaboração das fichas anotadas. Analisou-se a produção acadêmica nacional e internacional composta por artigos, dissertações, teses e livros de referência nos campos dos estudos estratégicos e de Inteligência. Considerando amplitude, reputação acadêmica e acessibilidade, foram selecionadas as seguintes bases: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de Teses da CAPES, *Google Scholar* e *Google Books*.

Além dessas, foram perscrutadas as principais revistas nacionais especializadas nas áreas de Defesa, Inteligência e Relações Internacionais. Examinaram-se as seguintes revistas⁶: Revista Brasileira de Inteligência (RBI); Coleção

6 Não se fez a mesma busca direta em revistas internacionais, como o *International Journal of*

Meira Mattos – Revista das Ciências Militares; PADECEME, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED); Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa (RSDD); Revista da UNIFA, da Universidade da Força Aérea; Revista da Escola de Guerra Naval (REGN); Revista da Escola Superior de Guerra (RESG); e a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). Por fim, foram ainda verificadas as referências bibliográficas contidas em obras especializadas relevantes.

Os termos indutores (Morosini *et al.* 2021) foram “Grande Estratégia E Inteligência de Estado”⁷, em português, inglês, espanhol e alemão, abrangendo variações sinonímicas e subcampos da Inteligência de Estado, como Contra-inteligência e Ações Encobertas. Utilizou-se o conector booleano “E” para localizar apenas estudos que abordassem diretamente a relação entre ambos os conceitos. Após buscas iniciais amplas, restringiram-se os resultados às obras que apresentassem os dois termos no título, critério também aplicado à inspeção das revistas e da bibliografia previamente listada.

Adotaram-se os seguintes critérios de inclusão e exclusão: (1) presença simultânea dos dois conceitos ou equivalentes; (2) disponibilidade física ou online; (3) exclusão de textos restritos a dimensões setoriais da GE (Defesa ou Diplomacia); e (4) exclusão de obras voltadas apenas à “Inteligência Estratégica” ou “Nacional”⁸, sem relação explícita com GE (Morosini *et al.* 2021). Das buscas realizadas em bases, revistas e obras de referência, resultaram 16 textos compondo o Corpus de Análise. Após leitura, elaboraram-se fichas anotadas e bibliografia sistematizada. Em seguida, procedeu-se à categorização das obras (Caminha 2024, 17), observando os princípios de homogeneidade, exaustividade, exclusividade, concretude e adequabilidade (Gomes 2009 *apud* Caminha 2024), culminando na Bibliografia Propositiva.

Considerando-se o caráter de estudo das inter-relações entre dois conceitos de campos do conhecimento diversos, mesmo que próximos, procedeu-se à categorização em 3 grandes elementos. Eles foram estruturados nas subcategorias de Grande Estratégia (“holística”, “guerra”, “relações internacionais”

Intelligence and Counterintelligence, Journal of Intelligence History, Journal of Intelligence ou Foreign Affairs, visto que artigos desses veículos aparecem nas buscas realizadas no Google Scholar e um exame individual de cada uma delas, como o que foi realizado para as publicações especializadas nacionais, ultrapassaria, e muito, o escopo deste artigo.

7 Bem como combinações dos termos próximos.

8 Para trabalhos futuros, considera-se relevante realizar uma análise mais minuciosa desse tipo de literatura acadêmica, pela possibilidade de se encontrarem pesquisas que, apesar de não o dizerem expressamente em seus títulos, discutem as relações entre GE e IE.

e “conceitos próximos”) e de Inteligência de Estado (“inteligência (tudo)”, “inteligência-conhecimento”, “contrainteligência” e “ações encobertas”)⁹. A combinação dessas subcategorias resultou em uma matriz de 16 possibilidades (Quadro 1), das quais nove permaneceram para organizar a discussão e a bibliografia propositiva (Quadro 2). Todo o processo de pesquisa, análise, avaliação e escolha foi feito de forma manual pelo autor. Ferramentas tecnológicas, inclusive de Inteligência Artificial, foram utilizadas apenas para a versão de trechos em língua estrangeira e no trabalho de edição do texto.

Quadro 1
Matriz combinação das categorias

Categorias	Inteligência (tudo)	Inteligência Conhecimento	Contrainteligência	Ações Clandestinas
Grande Estratégia holística	11	2, 5, 10, 12, (16)	-	-
Guerra	-	13	-	15
Relações Internacionais	1, 4	-	-	3
Conceitos próximos (Segurança Nacional etc.)	-	8, 9, 14, 16	6	7

Fonte: elaborado pela autor.

Quadro 2
Distribuição dos textos do Corpus por categorias

Categorias de Inteligência	Números dos textos do Corpus *	Categorias de Grande Estratégia	Números dos textos do Corpus*
Inteligência (tudo)	1, 4, 11	Grande Estratégia holística	2, 5, 6, 10, 11, 12, (16)
Inteligência Conhecimento	2, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 16	Guerra	13, 15
Contrainteligência	6	Relações Internacionais	1, 3, 4
Ações Clandestinas	3, 7, 15	Conceitos próximos (Segurança Nacional etc.)	7, 8, 9, 16

Fonte: elaborado pela autor.

* Correspondentes aos números da próxima seção.

9 Apesar de próximos, trata-se de conceitos diferentes. Para facilitar a categorização na matriz, utilizou-se o termo ações clandestinas, mas para a pesquisa verificaram-se fontes em ambos os sentidos.

Análise e Discussão dos Textos do Corpus de Análise

Após a categorização do Corpus de Análise, passa-se então à análise e discussão de suas fontes componentes: Categoria 1 - Estudos com concepção holística de Grande Estratégia e de Inteligência em todas as suas acepções (atividade, serviços e produtos, incluindo Contra e Ações Encobertas):

O único texto enquadrado nessa categoria composta é o texto 11 (Norquist 2003). O artigo analisa a formulação e implementação da Grande Estratégia estadunidense durante a administração Reagan, voltada à derrota da URSS e do bloco socialista por meio da articulação de pressões militares, econômicas, tecnológicas, ideológicas e diplomáticas, destacando o papel da comunidade de inteligência em todas as suas facetas, do assessoramento estratégico à proteção de Contrainteligência e ao uso de ações encobertas.

De especial relevância foi a relação próxima entre o diretor da CIA, William Casey, e o presidente Reagan, que garantiu a sintonia entre as necessidades informacionais dessa GE e as atividades da Inteligência estadunidense. O texto demonstra o papel das estimativas estratégicas e da inteligência de sinais (SIGINT) na formulação e monitoramento da estratégia, bem como em sua execução, incluindo diplomacia secreta com adversários como o Irã e campanhas de desinformação e sabotagem, como a venda de chips com defeitos para prejudicar a economia soviética.

O estudo de Norquist, embora se restrinja ao caso específico da era Reagan e não desenvolva abstrações teóricas sobre suas inter-relações, é o que mais se aproxima do propósito desta pesquisa, ao compreender a GE como integração das diversas dimensões de poder e a Inteligência, como seu instrumento de apoio, em sua totalidade: produção de conhecimentos, Contrainteligência e ações encobertas.

Categoria 2 - Estudos com concepção holística de Grande Estratégia e de Inteligência no sentido de Produção de Conhecimento. Essa categoria é composta de 5 das 16 fontes da bibliografia sistematizada, com 31,25% do total, e formando a classificação com maior número de obras:

O Texto 2 (Fingar 2012) constitui um artigo clássico e a referência principal sobre o recorte específico do presente estudo. Fingar argumenta que embora seja possível desenvolver estratégias sofisticadas sem recorrer diretamente à inteligência, as avaliações e alertas provenientes da inteligência compõem elementos fundamentais para o convencimento dos decisores nos EUA. A in-

teligência não deve determinar os fins da Grande Estratégia, mas desempenha um papel essencial na orientação das escolhas sobre os meios, os modos de ação e os critérios de monitoramento e avaliação da eficácia estratégica ao longo do tempo.

O texto enfatiza a função da redução da incerteza e a característica de maior independência das análises de Inteligência em relação às políticas públicas dos diversos órgãos setoriais como diferenciais da atividade de Inteligência, entendida em sentido estrito de produção de conhecimentos¹⁰. Além do apoio de conhecimentos à formulação da GE, a IE também é aproveitada em sua implementação, aumentando a eficiência no emprego de recursos escassos, provendo expertise e indicando tendências e forças profundas. No monitoramento, a IE dota os decisores de feedback valioso, possibilitando correções de rumo e o aproveitamento de oportunidades imprevistas.

A fonte 5 (Karabulut 2024) é um artigo científico em revista especializada da Turquia, mas com estudo de caso sobre o papel da Inteligência para a GE dos EUA. O texto argumenta que *"the most significant factor underpinning America's modern political approach is its intelligence system"*¹¹ (Karabulut 2024, 142), discutindo a GE dos EUA e as funções da Inteligência na definição dos interesses nacionais, o problema da incerteza, o caráter multifacetado das áreas de conhecimento cobertas, com destaque para a Inteligência Econômica¹² na manutenção da hegemonia estadunidense, e funções como diplomacia secreta em sua implementação.

O artigo 10 (Wolfberg e Young 2016) analisa se a inteligência deve ser considerada um instrumento autônomo de poder nacional, além dos pilares da doutrina DIME (Diplomático, Informacional, Militar e Econômico). Para os autores, a função da inteligência é atuar como facilitador crítico da projeção desses instrumentos, informando os decisores sobre o uso adequado do poder e ajustando políticas conforme o contexto (Wolfberg e Young 2016, 30).

A obra distingue-se das demais do Corpus por abordar uma questão teórica central: a natureza da Inteligência de Estado como meio diferente dos demais

.....

10 Seguindo a celebre distinção de Kent, Fingar desconsidera em seu artigo os aspectos de Contrainteligência e Ações Encobertas.

11 Tradução livre: "... o fator mais significativo que sustenta a abordagem política contemporânea dos EUA é seu sistema de Inteligência".

12 Ressalta-se a diferenciação importante entre a Inteligência Econômica de Estado e a Espionagem Industrial. Para uma visão brasileira do conceito e sua conexão com a Geoeconomia e a Segurança Econômica, vide Chagas e Caldenhof 2023.

instrumentos de poder. Enquanto estes agem diretamente sobre a realidade, a Inteligência¹³ preocupa-se antes em compreendê-la, voltando-se à apreensão da verdade mais do que à ação sobre o mundo.

O livro 12 (Williams 2021) analisa como o sistema de inteligência externa do Japão atua nos campos econômico e político-militar sob duas Grandes Estratégias nacionais: a Doutrina Yoshida e a Doutrina Abe. Examina-se como a IE japonesa reforça as prioridades estratégicas de cada período, da ênfase pós-guerra em eficiência econômica e tecnológica ao foco atual em segurança externa.

Destaca-se a inversão analítica proposta pelo autor: mostra como a GE japonesa moldou instituições, capacidades e prioridades da IE, e não o inverso, como é usual na literatura. De especial interesse é a análise da coordenação e integração da IE japonesa, especialmente a relação entre o *Cabinet Intelligence and Research Office*¹⁴ (CIRO) e o primeiro-ministro, com reuniões semanais. Também merece nota o peso da Inteligência Econômica, refletindo as prioridades nacionais e a lógica ampliada da GE para além da dimensão militar.

O artigo 16 (Carvalho 2024) destaca as funções centrais da Inteligência na identificação e antecipação de ameaças, no apoio à formulação de estratégias preventivas e na mitigação de crises por meio de uma abordagem multidimensional (Carvalho 2024, 61). O autor concebe a Inteligência Estratégica, a Segurança Nacional e a Defesa como uma “tríade indissociável” e enfatiza o papel do pensamento crítico, independente e produtor de *insights*¹⁵ analíticos.

Embora não utilize expressamente o termo Grande Estratégia, Carvalho ultrapassa o escopo estrito da Segurança Nacional ao incluir objetivos de Desenvolvimento e Defesa¹⁶. Assim, o conceito de Inteligência Estratégica é tratado em sentido ampliado, próximo ao de Inteligência de Estado, isto é, multifacetada e integradora das dimensões setoriais, ainda que restrita à

13 No sentido estrito de produção de conhecimento contemplado na Categoria 2. Pela sua lógica, as demais funções dos serviços não seriam Inteligência, como já argumentado por Kent.

14 Apesar do livro de Williams não tocar no assunto, cabe ressaltar que esse órgão também inclui Contraterrorismo e Contrainteligência, facilitando uma visão mais completa da IE.

15 O termo pode ser traduzido como “compreensão profunda”, “percepção aguda” ou “ideia reveladora”, mas preferiu-se manter a palavra em inglês, por expressar simultaneamente todas essas ideias.

16 Mesmo no sentido ampliado em que o termo “Defesa” é atualmente utilizado no Brasil. Vide Editorial à Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa v. 2, n. 1., jan./jun. 2025, p. 6.

sua função de produção especializada de conhecimento.

A próxima categoria com fontes encontradas na busca realizada é a Categoria 6 - Estudos com concepção de Grande Estratégia no sentido de “Guerra” e de Inteligência no sentido de Produção do Conhecimento:

A única obra da bibliografia sistematizada nesse sentido é o capítulo 13 (Shuker 2014). O autor analisa o papel da Inteligência francesa entre 1919 e 1940 e seu peso na derrota da França na Batalha da França. Traça-se o histórico dos serviços de inteligência desde o *Cabinet Noir* de Richelieu, destacando disputas interburocráticas, baixo acesso à cúpula decisória, foco excessivo em dissidentes internos e na “ameaça soviética”, além da carência de analistas especializados em economia, ciência e indústria.

Não obstante trate a GE no sentido de “Guerra” e se concentre na inteligência militar, os problemas apontados referem-se à Inteligência de Estado, responsável por integrar análises multidisciplinares, superar disputas internas e assessorar diretamente o alto governo com informações integradas e despolitizadas. Segundo Shuker, mesmo com tais falhas, houve um trabalho tecnicamente competente, e “*the outcome did not reflect an intelligence failure, but rather the collapse of a nation*”¹⁷ (Shuker 2014, 114).

Passa-se agora à Categoria 8 - Estudos com concepção de Grande Estratégia no sentido de “Guerra” e de Inteligência no sentido de Ações Clandestinas:

A outra fonte sistematizada que aborda a GE no sentido de “Guerra” é o artigo 15 (Walker e Mariño 2023). O texto analisa o papel dos modos, meios e fins militares nas relações interestatais e as transformações das ameaças transnacionais e dos *global commons* decorrentes da tecnologia globalizada, associadas aos conceitos de “zona cinzenta” e “narrativa”. Destaca ainda as Operações de Informação como expressão do domínio informacional no campo da Tecnologia da Informação (TI), da Guerra Cibernética e das ameaças transnacionais. Conclui defendendo a formulação de uma doutrina estratégica militar multidomínio, com uso intensivo dessas operações por países como Brasil e Argentina.

Os autores afirmam que “[a] ideia de uma Grande Estratégia requer a participação de diferentes atores na formulação de políticas estatais, incorporando o fenômeno da informação ao pluralismo de atores” (Walker e Mariño 2023,

.....
17 Tradução livre: “O desfecho não refletiu uma falha de inteligência, mas sim o colapso de uma nação”.

479). No entanto, empregam o conceito de GE sob uma ótica predominantemente militar e de Defesa, tratando os temas de multidomínio, zona cinzenta e operações de informação sob enfoque setorial. Em consequência, atribuições típicas dos serviços de Inteligência, como as Operações de Informação, são abordadas de forma militarizada, refletindo a ausência, no Brasil e na Argentina, de concepções civis mais amplas de Segurança Nacional e GE.

Categoria 9 - Estudos com concepção de Grande Estratégia no sentido de “Relações Internacionais” e de Inteligência no sentido totalizante:

Duas das principais fontes encontradas sobre a relação entre GE e IE são 1 (Brito 2011) e 4 (Rovner 2021), ambas com uma compreensão de GE essencialmente equiparada à política externa, mas que tratam a IE com a inclusão da Contrainteligência e de Ações Clandestinas/Encobertas.

A dissertação brasileira estuda o emprego das informações de inteligência como suporte à busca pela hegemonia de poder, tanto no sentido de *hard*, quanto de *soft power*, nas relações internacionais¹⁸, baseando-se em definição interessante de “poder informacional” e que baliza a compreensão do autor sobre as interrelações entre GE e IE:

“Poder informacional seria o uso de metatecnologias, que possibilitam a manipulação das bases de dados que dão suporte aos outros tipos de poder. Esse poder envolve a forma como se organiza e manipula a informação, podendo, portanto, incidir sobre os demais meios (Braman 2004, 160). Mais do que uma modalidade estanque, o poder informacional representa o enredamento informacional das diversas outras formas de exercício do poder, uma vez que lhes provê organização de dados” (Brito 2011, 13-14).

O texto se concentra nos EUA, potência hegemônica global atual e dominante na dimensão informacional, com um aparato tecnológico e burocrático-institucional sem rivais. Brito discute como os serviços de Inteligência dão suporte ao poder coercitivo e simbólico dos EUA e como “[a] partir dessa ampla vantagem informacional em todas as esferas, os EUA constituir-se-iam, possivelmente, como o Estado informacional mais sofisticado do planeta” (Brito 2011, 6).

Seu estudo discute os diversos conceitos e subconceitos envolvidos, de Inteligência, Contrainteligência, Ações Encobertas, e as origens históricas mistas do setor, na Diplomacia, na Defesa e na Segurança Interna. Trata ainda sobre a lógica de Segurança e Controle, o papel do Segredo, do es-

18 Vide também Nye, Joseph S., Jr. *The Future of Power*. New York: Public Affairs, 2011.

copo estatal, as diferenças entre informações e Inteligência, a incerteza e conflito, os diversos tipos de coleta, o Ciclo de Inteligência, as características de análise e operações de Inteligência etc. e os conecta com as teorias de Relações Internacionais, para explorar as dimensões em que a Inteligência apoia Estados e sociedades em suas disputas por poder.

O capítulo de Rovner no Oxford Handbook of Grand Strategy é, juntamente com o artigo de Fingar, uma das fontes que mais diretamente aborda a relação entre GE e IE, como indica seu próprio título: *Intelligence and Grand Strategy*. O autor explora como as atividades de inteligência contribuem para a formulação da grande estratégia de um Estado e quais são os limites dessa influência. Introduz o conceito de “postura de inteligência”, que define a forma como os serviços são estruturados e operam: o que coletar, como priorizar e se devem empregar operações secretas externas.

Tais decisões derivam da visão mais ampla que o Estado possui sobre sua segurança nacional, a qual se apoia fortemente nas avaliações e estimativas de inteligência, combinando fontes abertas e secretas. A GE, por sua vez, orienta decisões estratégicas, incluindo espionagem e sabotagem para obtenção de vantagem informacional, assim como o uso do poder militar. Para ilustrar, Rovner apresenta diferentes posturas de inteligência associadas a três modelos estratégicos nos EUA: contenção, internacionalismo liberal e primazia, compondo uma matriz que conecta tipos de coleta, prioridades e uso de ações encobertas.

Apesar dessas obras constituírem referências centrais sobre as inter-relações entre GE e IE, sua identificação de GE com Política Externa limita a análise e impede que avancem no núcleo conceitual da GE: a integração das diversas dimensões de poder em uma estratégia política superior às lógicas setoriais. Consequentemente, ambas também tratam a Inteligência em sentido geral, sem distinguir o tipo específico de Inteligência de Estado necessário a essa articulação.

Categoria 12 - Estudos com concepção de Grande Estratégia no sentido de “Relações Internacionais” e de Inteligência no sentido de Ações Clandestinas:

O segundo capítulo diretamente relacionado à Inteligência no Oxford Handbook of Grand Strategy é 3 (Mitrovich 2021). O autor analisa o uso estratégico da ação encoberta¹⁹ pelas grandes potências, estruturando o texto em

.....

19 As ações encobertas diferem das demais atividades de Inteligência por não pertencerem à esfera cognitiva da observação e produção de conhecimento, mas à da ação transformadora

dois eixos principais. Na primeira parte, define conceitualmente o termo e apresenta a trajetória histórica dos Estados Unidos nesse campo. Na segunda, examina como outras potências globais empregaram ações encobertas contra os EUA, buscando limitar sua projeção internacional. Destacam-se as operações britânicas e alemãs no início do século XX, voltadas à manipulação das percepções norte-americanas, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial.

Nos EUA, o principal argumento para o uso dessas ações era o alcance de objetivos estratégicos, como a substituição de governos em países periféricos, sem recorrer a guerras custosas e arriscadas. Outros usos incluem guerras secretas para manipular ou enfraquecer adversários em domínios como moral, coesão ideológica, economia, corrida tecnológica e estabilidade política de alianças.

Categoria 14 - Estudos com conceitos próximos ao de Grande Estratégia, como Segurança Nacional e de Inteligência no sentido de Produção de Conhecimento:

O artigo 8 (Matey 2016) analisa a crescente importância da inteligência econômica na estratégia de segurança nacional da Espanha. Após a Guerra Fria e especialmente após a crise financeira, fatores econômicos tornaram-se centrais para a segurança do Estado. A inteligência econômica envolve a coleta e análise de informações para melhorar a competitividade nacional e apoiar decisões estratégicas.

Matey faz a conexão entre a atual conjuntura internacional e suas transformações estruturais nas esferas interlaçadas da política e da economia, de continuidade da interdependência em ambiente de crescente incerteza, conflito e desregulação multilateral, com peso de atores transnacionais e empresas multinacionais, com a lógica ampliadas de Segurança Nacional e seus efeitos para a atividade de Inteligência.

O artigo 9 (Gallagher 2015) analisa o Project Solarium, iniciativa estratégica conduzida por Dwight D. Eisenhower em 1953 para avaliar diferentes opções de política externa diante da ameaça soviética. Gallagher destaca o papel essencial da inteligência nesse processo, cujas análises embasaram os debates entre especialistas e orientaram a formulação da diretriz NSC 162/2,

sobre o mundo. São executadas pelos mesmos órgãos devido ao requisito do sigilo, que também as torna instrumentos políticos atraentes, pois permitem aos Estados agir sem assumir responsabilidade direta, situando-se no limiar entre a diplomacia e o uso militar da força.

que consolidou a política de segurança nacional conhecida como New Look. O autor argumenta que o caráter deliberativo e metódico do projeto, com forte integração da comunidade de inteligência, oferece lições valiosas para a formulação contemporânea de estratégias nacionais.

Assim como no estudo de Norquist, trata-se de um caso concreto em que a IE participou diretamente da elaboração de uma GE, com ampla documentação e testemunhos comprobatórios. Gallagher conclui que, no Project Solarium, a Inteligência não foi o foco exclusivo nem negligenciada, mas tratada como uma contribuição essencial ao processo estratégico, capaz de informar decisões, estimular reflexão crítica e aperfeiçoar o julgamento político, sem pretensão de eliminar incertezas (Gallagher 2015, 483).

A fonte 14 (Godoy 2005) é um artigo brasileiro, de profissional na área e publicado em revista especializada nacional. O texto foi escrito no período próximo à derrocada do bloco soviético e em que a ideia de um “fim da história” e do unilateralismo incontestado dos EUA estava em voga. Nesse sentido, Godoy argumenta pela emergência de novas ameaças transnacionais, como terrorismo, crime organizado e crises ambientais e migratórias, sobretudo na América do Sul, que, na visão do autor, deveriam “[...] substituir a confrontação da era bipolar pela cooperação multilateral. Como fator complicador, ressalta-se a perda²⁰ gradativa da importância dos Estados nacionais frente a agentes não-governamentais” (Godoy 2005, 7). Cabe notar que esse texto foi a fonte na RBI mais próxima aos critérios de busca e inclusão no Corpus de Análise, mas que não trata de GE, apesar da ampliação da gama de ameaças e de uma visão mais ampla de segurança e defesa.

A última obra discutida nessa categoria é o artigo “16 – Carvalho, 2024”, que já foi apresentado no âmbito da categoria 2. A diferença é apenas que, a rigor, o artigo foi publicado em revista militar e especializada em Defesa, referindo-se formalmente a este conceito e não a uma Grande Estratégia, apesar de, concretamente, tratar de planejamento e tomada de decisão no mais alto nível do Estado e de forma muito mais ampla do que seria uma política setorial de Defesa.

Categoria 15 - Estudos com conceitos próximos ao de Grande Estratégia, como Segurança Nacional e de Inteligência no sentido de Contraineligência:

.....

20 Suposta. O texto é bem datado e assumiu acriticamente a visão dominante da época, da globalização como processo natural e irreversível, redução da soberania etc. e que foi suplantada pela realidade da segunda década do século XXI.

Nessa categoria foi identificada a fonte 6 (Cleave 2007). Trata-se de um texto teórico e argumentativo sobre a necessidade de uma abordagem em nível estratégico (de fato, de Grande Estratégia) para a Contrainteligência nos Estados Unidos. A autora sustenta que o mundo atual vive uma verdadeira “guerra de inteligência” e que, embora a Contrainteligência norte-americana possua objetivos e procedimentos táticos consolidados, seu papel como componente estruturante da estratégia de segurança nacional ainda está em consolidação.

Cleave descreve o ambiente da coleta clandestina como um campo de competição internacional assimétrica, no qual recursos financeiros e tecnológicos não garantem superioridade. Atores estatais e não estatais, mesmo com capacidades limitadas, podem mobilizar redes humanas sofisticadas de influência, espionagem e sabotagem. A autora defende a integração estratégica das análises de Contrainteligência sobre prioridades, meios e objetivos dos serviços adversários à Grande Estratégia dos EUA, de modo a oferecer conhecimento diferenciado e útil à Segurança Nacional. Também propõe uma atuação mais ativa no exterior, onde os serviços estadunidenses estariam menos restritos por limitações constitucionais e legais internas.

Chega-se à última Categoria 16 - Estudos com conceitos próximos ao de Grande Estratégia, como Segurança Nacional etc. e de Inteligência no sentido de Ações Clandestinas:

A fonte encontrada foi a dissertação de mestrado sul-africana 7 (Rensburg 2005). Esse estudo tem como propósito examinar a ação encoberta enquanto instrumento potencial de política de segurança nacional, situando-a dentro do contexto das transformações no cenário internacional contemporâneo e dos desafios emergentes. No sentido da presente discussão de Estado do Conhecimento, sustenta que o uso de IE para a GE constitui elemento relevante a uma política externa independente e voltada à realização dos próprios interesses nacionais:

“[...] one reason for becoming involved in establishing and maintaining effective intelligence networks is that it provides the opportunity to develop a unique and independent foreign policy. With the emphasis on own national interest and determining what is best for a country, it is still important to know the intentions of potential opponents and allies”
²¹(Rensburg 2005, 20).

21 Tradução livre: “...uma das razões para envolver-se na criação e manutenção de redes de inteligência efetivas é que isso oferece a oportunidade de desenvolver uma política externa própria e independente. Mesmo com a ênfase no próprio interesse nacional e na determinação do que é melhor para o país, continua sendo importante conhecer as intenções de possíveis adversários e aliados.”

A investigação adota uma abordagem conceitual que integra a ação encoberta ao campo mais amplo das funções de inteligência e realiza uma análise crítica das operações clandestinas conduzidas pelos Estados Unidos durante e após a Guerra Fria. Examina as fragilidades e fatores de sucesso dessas missões, bem como os mecanismos legislativos criados para sua regulação. Paralelamente, apresenta um panorama comparativo com a experiência sul-africana antes e depois de 1994, mostrando como a escolha pelo uso de ações encobertas se relaciona ao poder relativo dos Estados no sistema internacional.

O estudo discute os benefícios, limitações e contextos estratégicos em que essas ações se mostram mais recorrentes, analisando seu papel funcional dentro do sistema de inteligência estatal (Rensburg 2005, 3). O autor conclui que, apesar dos riscos e implicações, a ação encoberta continua a servir como instrumento de política externa e de segurança nacional, exigindo novas abordagens diante de ameaças emergentes, como terrorismo, crime e narcotráfico, e de mudanças nas normas e valores internacionais (Rensburg 2005, 29).

Análise e Discussão do Estado do Conhecimento sobre as interações entre GE e IE no Brasil e no Mundo

Em termos quantitativos, o Corpus de Análise sistematizado é composto por uma dissertação nacional, três artigos nacionais, uma dissertação internacional, seis artigos internacionais, três capítulos de livros e um *paper* técnico, o que permite algumas inferências preliminares. Não foram encontrados trabalhos de doutorado e apenas duas dissertações, nenhuma oriunda dos polos internacionais mais relevantes no campo de estudo, EUA e Reino Unido. Observou-se também a escassez de obras brasileiras (4 de 16), mesmo após ampla verificação de 10 revistas nacionais especializadas em Defesa, Inteligência e Relações Internacionais.

Todas as fontes trabalharam com o método de pesquisa bibliográfico. Em três fontes, estudaram-se casos históricos concretos (Projeto Solarium; GE de Reagan; França pré-II Guerra), em nove fontes, países específicos ao longo de um período maior ou na atualidade (hegemonia dos EUA; GE e posturas de Inteligência nos EUA; IE para a GE dos EUA; ações encobertas para os EUA e a África do Sul; IE na GE do Japão desde Yoshida; ações clandestinas contra e pelos EUA; Contrainteligência nos EUA; Inteligência Econômica na Espanha; Operações de Informações no Brasil e Argentina), em quatro fontes discutiu-se o tema do recorte de uma forma mais geral e teórica (funções da IE na GE; natureza da IE como instrumento de poder; desafios transnacionais

de segurança; e IE como suporte ao planejamento estratégico).

No Brasil, não há trabalhos voltados diretamente²² à interrelação entre GE e IE. A dissertação de Brito (2011) aproxima-se ao analisar o papel informacional da Inteligência para o poder do Estado, mas não utiliza o conceito de GE em seu sentido próprio. Os três artigos nacionais tangenciam o tema sem discutir as especificidades teóricas de GE e IE. Autores consagrados que tratam de GE reduzem-na a Relações Exteriores ou Defesa, ignorando a Inteligência de Estado, frequentemente confundida com espionagem ou coleta de dados, sem considerar sua função analítica para o nível estratégico (Amorim 2016; Alsina Jr. 2018; Visentini 2025).

Por sua vez, os poucos autores brasileiros sobre Inteligência dedicam-se sobre questões técnicas e setoriais, principalmente segurança pública, mesmo quando se consideram estratégicos nos títulos de suas obras, com uma certa confusão do sentido de estratégico como “relevante” e não como nível decisório e/ou relacionado a conflito com adversário dinâmico. As obras que tratam de Inteligência Estratégica se restringem às Relações Exteriores, ou à Defesa e, mesmo quando tratam de segurança nacional, não o fazem no sentido de uma GE integradora das diversas dimensões e entre projeção internacional e desenvolvimento interno.

Em contraste, no exterior, a maioria das fontes inclui ambos os termos (GE e IE) no título, mas poucas exploram sua conexão específica. Em geral, a IE é tratada apenas como produção de conhecimento (como em Fingar 2011), enquanto a GE é vista como sinônimo de política externa. Os capítulos do Oxford Handbook of Grand Strategy seguem essa tendência, e o Oxford Handbook of National Security Intelligence não dedica nenhum dos 49 capítulos à relação entre IE e GE. Apenas o texto de Norquist se enquadra plenamente no recorte proposto, embora como estudo de caso descritivo, sem explicitar as causas das interrelações entre GE e IE. À exceção de Fingar, Brito e Wolfberg e Young, predomina uma abordagem dedutiva e aplicada, com escassa teorização indutiva sobre a articulação conceitual entre os dois campos.

22 Nos bancos de teses e revistas brasileiras analisados, identificaram-se obras com temas próximos, mas sempre centradas em apenas um dos elementos ou com abordagem setorial, sem a integração abrangente da GE.

Conclusão

O presente trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica, pelo método do Estado do Conhecimento, para inventariar, descrever, analisar, categorizar e discutir a produção acadêmica brasileira e internacional sobre as inter-relações entre GE e IE. A partir de bancos de dados e critérios de busca, constituiu-se o Corpus de Análise com bibliografia anotada, sistematizada e discutida de forma propositiva, permitindo reflexão crítica e identificação de lacunas no recorte proposto.

A principal lacuna identificada é a ausência de estudos teóricos que conceituem claramente a GE em sentido amplo e distinto das abordagens setoriais, e a IE como prática concreta dos serviços de inteligência, enfatizando suas funções específicas mais relevantes para a GE: integração transversal de conhecimentos, articulação das funções de inteligência, vantagem informacional e redução de assimetrias internas. Outras lacunas referem-se à escassez de produção brasileira sobre o tema, em contraste com estudos já existentes nos Estados Unidos, Espanha e Japão, e à falta de pesquisas aplicadas ou estudos de caso que abordem a relação entre IE e GE sob um ponto de vista brasileiro. Além disso, a discussão isolada desses conceitos ainda é incipiente no Brasil, onde GE costuma ser tratada como sinônimo de Defesa ou Relações Exteriores, e IE permanece limitada a abordagens técnicas e/ou setoriais, sem a visão integradora que a caracteriza.

Referências

- Alsina Jr., João Paulo Soares. 2018. *Ensaio de Grande Estratégia Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Amorim, Celso. 2011. *A Grande Estratégia do Brasil: Discursos, Artigos e Entrevistas da Gestão no Ministério da Defesa*. São Paulo: UNESP.
- Beaufre, André. 1998. *Introdução à Estratégia*. Trad. Luiz Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Brasil. 2017. "Decreto de 15 de dezembro de 2017: aprova a Estratégia Nacional de Inteligência." *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, n. 241 (dezembro): 36.
- Brasil. 2020. *Proposta de Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF.
- Brito, Vladimir de Paula. 2011. "O papel informacional dos serviços secretos." Master's diss., Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Caminha, Viviane Machado. 2016. "O lugar do ensino de defesa nos estudos de defesa no Brasil: apontamentos a partir do estado do conhecimento." *Escola Superior de Defesa*, Brasília.
- Carmona, Ronaldo Gomes. 2017. "Poder nacional e grande estratégia: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência." PhD diss., Universidade de São Paulo (USP).
- Carvalho, Guilherme O. Godinho de. 2024. "Inteligência no nível estratégico: ferramenta de suporte ao planejamento e à tomada de decisão." *PADECME* 20 (32): 1–104.
- Chagas, Kael Weingartner, e Peter Loeb Caldenhof. 2023. "Goeconomia e segurança econômica: a inteligência e a contrainteligência econômicas na logística e mobilização nacional." *Revista Brasileira de Inteligência* 18 (outubro): 33–50. <https://doi.org/10.58960/rbi.2023.18.224>.
- Cleave, Michelle K. Van. 2007. *Counterintelligence and National Strategy*. Washington, DC: National Defense University Press.
- Editorial. 2025. "Editorial à Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa." *Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa* 2 (1).
- Ferreira, Norma Sandra de Almeida. 2002. "As pesquisas denominadas 'estado da arte.'" *Educação & Sociedade* 23 (79): 257–72. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

- Fingar, Thomas. 2011. *Reducing Uncertainty: Intelligence Analysis and National Security*. Stanford: Stanford University Press.
- Fingar, Thomas. 2012. "Intelligence and Grand Strategy." *Orbis* 56 (1). <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2011.10.006>.
- Freedman, Lawrence. 2013. *Strategy: A History*. Oxford: Oxford University Press.
- Gaddis, John L. 2018. *On Grand Strategy*. New York: Penguin Press.
- Gallagher, Michael J. 2015. "Intelligence and National Security Strategy: Reexamining Project Solarium." *Intelligence and National Security* 30 (4): 461–85. <https://doi.org/10.1080/02684527.2014.885203>.
- Godoy, Lucio. 2005. "A inteligência e os desafios internacionais de segurança e defesa." *Revista Brasileira de Inteligência* 1 (1).
- Guimarães, Samuel Pinheiro. 2005. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Hoffman, Frank G. 2014. "Grand Strategy: The Fundamental Considerations." Foreign Policy Research Institute.
- Karabulut, Andaç. 2024. "The Role of Intelligence in America's Grand Strategy." *Turkish Journal of Security Studies* 26 (2).
- Kent, Sherman. 1967. *Informações estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Matey, Gustavo Díaz. 2016. "From Cooperation to Competition: Economic Intelligence as Part of Spain's National Security Strategy." *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence* 29 (1): 151–64. <https://doi.org/10.1080/08850607.2015.1083342>.
- Mitrovich, Gregory. 2021. "Covert Action and Grand Strategy." In *The Oxford Handbook of Grand Strategy*, editado por Thierry Balzacq e Ronald R. Krebs. Oxford: Oxford University Press.
- Morosini, Marília Costa, Lorena Machado Nascimento, e Egeslaine Denez. 2021. "Estado de conhecimento: a metodologia na prática." *Revista Humanidades e Inovação* 8 (55): 170–83.
- Norquist, Warren E. 2003. "National Strategy, Intelligence and Tradecraft." *Intelligencer: Journal of U.S. Intelligence Studies* 13 (1): 33–39.
- Nye, Joseph S., Jr. 2011. *The Future of Power*. New York: Public Affairs.

- Paret, Peter, org. 1986. *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press.
- Phythian, Mark. 2009. "Intelligence Theory and Theories of International Relations: Shared World or Separate Worlds." In *Intelligence Theory: Key Questions and Debates*, editado por Peter Gill, Stephen Marrin, e Mark Phythian. London: Routledge.
- Platt, Washington. 1974. "Produção de informações estratégicas." Trad. Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Livraria Agir Editora.
- Rensburg, Petrus F. B. J. van. 1961. *Covert Action as an Option in National Security Policy: A Comparison between the United States of America and South Africa*. Master's diss., University of Pretoria.
- Rovner, Joshua. 2021. "Intelligence and Grand Strategy." In *The Oxford Handbook of Grand Strategy*, editado por Thierry Balzacq e Ronald R. Krebs. Oxford: Oxford University Press.
- Rudzit, Gunther, e Otto Nogami. 2010. "Segurança e defesa nacionais: conceitos básicos para uma análise." *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (1): 5–24. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000100001>.
- Shuker, Stephen A. 2014. "Seeking a Scapegoat: Intelligence and Grand Strategy in France, 1919–1940." In *Secret Intelligence in the European States System*, editado por Jonathan Haslam e Karina Urbach. Stanford: Stanford University Press.
- Silva, Cristiane Rocha, Beatriz Christo Gobbi, e Ana Adalgisa Simão. 2005. "O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método." *Organizações Rurais & Agroindustriais* 7 (1): 70–81. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87817147006>.
- Sims, Jennifer. 2009. "Defending Adaptive Realism: Intelligence Theory Comes of Age." In *Intelligence Theory: Key Questions and Debates*, editado por Peter Gill, Stephen Marrin, e Mark Phythian. London: Routledge.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2019. "Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica." *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 8 (15): 9–25.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2025. *Putin, a OTAN e a Guerra na Ucrânia: a ascensão da multipolaridade instável*. Porto Alegre: NERINT/Editora Leitura XXI.

Walker, Márcio Saldanha, e Horacio Sánchez Mariño. 2023. “A grande estratégia: mudanças de modos e meios pelas operações de informação e a ameaça aos interesses brasileiros e argentinos.” Coleção Meira Mattos 17 (60). <https://doi.org/10.52781/cmm.a114>.

Williams, Brad. 2021. *Japanese Foreign Intelligence and Grand Strategy*. Washington, DC: Georgetown University Press.

Wolfberg, Adrian, e Brian A. Young. 2016. “Is Intelligence an Instrument of National Power?” *American Intelligence Journal* 33 (1).